Filosofia de supervisão: prudência e reputação

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Admissão rigorosa e a recusa do BCCI

A abordagem de supervisão da jovem Autoridade foi moldada pela ausência de um histórico. Lee Hsien Loong resumiu-a mais tarde como "centred on a strict admission policy, high prudential requirements, and rigorous enforcement" (centrada numa política de admissão rigorosa, exigências prudenciais elevadas e fiscalização estrita). A Autoridade buscava manter a estabilidade sistêmica, proteger instituições individuais contra a quebra e proteger o público e os investidores contra perdas. Essa abordagem era considerada necessária para conquistar credibilidade junto às instituições financeiras internacionais e aos reguladores de seus países de origem.[1]

O exemplo mais citado é o Bank of Credit and Commerce International. A Autoridade recusou a entrada do BCCI em Singapura apesar de um lobby persistente. Quando o banco ruiu mais tarde em meio a uma fraude de escala mundial, Singapura foi poupada das consequências. O episódio elevou a reputação da Autoridade como reguladora minuciosa e intransigente.[2] Ele estabeleceu um padrão

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

que se repete ao longo de toda a história do centro financeiro. A Autoridade tratava a qualidade das instituições que admitia como questão de reputação nacional e estava disposta a abrir mão de negócios para protegê-la.

A crise da Pan-Electric de 1985

Nem mesmo a abordagem rigorosa conseguia evitar todas as quebras. Em 30 de novembro de 1985, a Pan-Electric Industries, holding com participações em hotéis, imóveis e operações marítimas, quebrou e foi colocada em administração judicial (receivership). Devia $ 453 milhões a 35 bancos e tinha $ 160 milhões em contratos a termo não liquidados com corretoras. A bolsa de valores fechou de 2 a 4 de dezembro de 1985. Nesse meio-tempo, a Autoridade organizou um fundo de socorro (lifeboat) na forma de uma linha de crédito de $ 180 milhões, garantida pelos quatro grandes bancos locais, com uma moratória de três meses sobre a cobrança antecipada de empréstimos a corretoras.[3]

Lee Hsien Loong chamou-a de “one major failure” (o único grande fracasso) da Autoridade. Em resposta, a Autoridade reformulou o Securities Industry Act e endureceu sua supervisão da bolsa e do setor de valores mobiliários. A abordagem mais rígida estendeu-se a outras partes do setor financeiro e perdurou até 1997.[4] O Capítulo II da Parte D volta à regulação das bolsas e à quebra do Barings em 1995, que pôs novamente à prova a gestão de crises da Autoridade.

A mudança após 1997

A partir de 1997, a Autoridade revisou todo o seu arcabouço de políticas, revisão que levou a uma mudança fundamental de ênfase na supervisão. A Autoridade passou de uma regulação de instituições do tipo “one-size-fits-all” (tamanho único) para uma supervisão focada em riscos, e de uma regulação de produtos baseada no mérito para um regime baseado na divulgação de informações. Ao mesmo tempo, liberalizou o acesso ao setor financeiro para estimular a concorrência, processo descrito no Capítulo IV da Parte D. O presidente explicou a mudança com uma imagem náutica: um capitão cujo único objetivo fosse proteger seu navio jamais deixaria o porto.[5]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A reforma manteve o compromisso com a prudência e renovou os métodos pelos quais a Autoridade o perseguia. A Autoridade anunciou um arcabouço baseado em supervisão consolidada focada em riscos, regulação harmonizada, boa governança corporativa e disciplina de mercado efetiva. Propôs-se também a substituir uma colcha de retalhos de regimes de licenciamento por um regime modular único para intermediários do mercado de capitais, com base no novo Securities and Futures Act (SFA), e por um regime único para assessores financeiros.[6] O Capítulo I da Parte E examina essas leis.

Reduzir o risco de quebra

A Autoridade expôs sua filosofia de supervisão numa monografia, *Objectives and Principles of Financial Supervision in Singapore*, divulgada em 19 de abril de 2004. Afirmou que, ao buscar a estabilidade financeira, não pretendia impedir a quebra de toda e qualquer instituição financeira. Afirmou também que os consumidores têm a responsabilidade principal por suas próprias decisões financeiras, descrevendo sua própria abordagem como "proactive and risk focused" (proativa e focada em riscos).[7]

O arcabouço de avaliação de impacto e risco, publicado pela primeira vez em abril de 2007 e revisado em março de 2024, desenvolve o ponto. Um regime de "zero failure" (quebra zero), explica, imporia um ônus regulatório excessivo às instituições financeiras e poderia prejudicar a eficiência do sistema financeiro. A Autoridade busca reduzir o risco e o impacto de quebras por meio de uma supervisão mais intensa onde isso for apropriado e provavelmente eficaz. A intensidade da supervisão depende do impacto que a quebra de uma instituição teria e do risco que lhe é atribuído. A Autoridade avalia esse risco por meio de seu Comprehensive Risk Assessment Framework and Techniques, conhecido como CRAFT.

O mesmo documento atribui a responsabilidade principal pela supervisão de riscos ao conselho e à alta administração de cada instituição. Eles respondem pelos processos e controles que gerenciam os riscos da instituição, pela conformidade regulatória e pelo tratamento justo dos clientes.[8] A ênfase na responsabilidade individual dos altos administradores antecipa as diretrizes sobre responsabilização individual e conduta discutidas no Capítulo I da Parte E.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A reputação como prioridade legal

O texto atual da lei explicita o equilíbrio entre os papéis da Autoridade. A seção 4(1) enumera quatro objetivos principais: a estabilidade de preços, um centro financeiro sólido e a estabilidade financeira, a gestão prudente das reservas cambiais oficiais e o crescimento de Singapura como centro financeiro internacionalmente competitivo. A seção 4(1A) dispõe que o objetivo de um centro financeiro sólido e da estabilidade financeira prevalece sobre o objetivo de desenvolver Singapura como centro financeiro competitivo.[9]

A regra de prioridade traduz em lei um princípio que a Autoridade praticava desde a recusa do BCCI. Um regulador também encarregado de promover seu centro financeiro enfrenta um evidente conflito de interesses, que Singapura resolveu subordinando a promoção à solidez. Os choques de integridade examinados no Capítulo VI da Parte E, do 1MDB ao caso de lavagem de dinheiro de 2023, mostram com que seriedade a Autoridade trata danos à reputação do centro. Mostram também que o conflito nunca desaparece por completo.

Notas

1. Lee Hsien Loong, discurso na MAS 30th Anniversary Conference, 20 de julho de 2001, *BIS Review* 67/2001, p. 2: a abordagem da MAS "was centred on a strict admission policy, high prudential requirements, and rigorous enforcement"; buscava proteger instituições individuais contra a quebra e o público e os investidores contra perdas; essa abordagem era "necessary to establish credibility with international financial institutions and their home regulators". ↩
2. Lee Hsien Loong, discurso na MAS 30th Anniversary Conference, 20 de julho de 2001, *BIS Review* 67/2001, p. 2: Singapura "had been spared the fallout from the collapse of BCCI because MAS had steadfastly refused BCCI entry despite persistent lobbying", o que elevou a reputação da MAS "as a thorough and uncompromising regulator". ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

3. Lee Hsien Loong, discurso na MAS 30th Anniversary Conference, 20 de julho de 2001, *BIS Review* 67/2001, p. 2: a Pan-El "was a holding company with interests in hotels, property and marine operations"; "MAS closed the stock exchange for 3 days while a lifeboat fund was organised". Barbara Quek, "The Making of the Monetary Authority of Singapore", *BiblioAsia*, outubro–dezembro de 2022: a Pan-Electric quebrou em 30 de novembro de 1985 e foi colocada em receivership; dívidas de $ 453 milhões com 35 bancos e $ 160 milhões em contratos a termo não liquidados; bolsa fechada de 2 a 4 de dezembro de 1985; fundo de socorro de $ 180 milhões garantido pelos quatro grandes bancos locais (Big Four); moratória de três meses sobre a cobrança antecipada de empréstimos a corretoras. ↩

4. Lee Hsien Loong, discurso na MAS 30th Anniversary Conference, 20 de julho de 2001, *BIS Review* 67/2001, p. 2: "we did have one major failure – the Pan-El crisis in 1985"; a MAS reformulou o Securities Industry Act e endureceu a supervisão; a abordagem mais rígida "permeated beyond the securities industry to other parts of the financial sector, and continued right up to 1997, when we shifted course". ↩

5. Lee Hsien Loong, discurso na MAS 30th Anniversary Conference, 20 de julho de 2001, *BIS Review* 67/2001, p. 5: "if the sole objective of a captain is to protect his ship, then his vessel would never leave port"; p. 3: "In 1997, we began a comprehensive review of MAS' policy framework and approach, which has led to fundamental changes"; p. 4: desde 1998, uma "fundamental shift in emphasis away from 'one-size-fits-all' regulation of institutions to risk-focused supervision, and from merit-based regulation of products to a disclosure-based regime"; um programa de liberalização do acesso ao setor financeiro. ↩

6. Lee Hsien Loong, discurso na MAS 30th Anniversary Conference, 20 de julho de 2001, *BIS Review* 67/2001, p. 5: elementos de "risk-focussed, consolidated supervision; harmonised regulation; sound corporate governance; and effective market discipline"; o novo Securities and Futures Act com "a single, modular licensing regime"; o Financial Advisers Act com um regime único de licenciamento. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

7. Monetary Authority of Singapore, "MAS spells out its supervisory approach", comunicado à imprensa, 19 de abril de 2004, anunciando a monografia *Objectives and Principles of Financial Supervision in Singapore*: "In seeking financial stability, MAS does not aim to totally prevent failure of any financial institution"; "Consumers bear principal responsibility for their financial decisions"; "MAS' approach is proactive and risk focused". ↩

8. Monetary Authority of Singapore, *MAS' Framework for Impact and Risk Assessment of Financial Institutions*, abril de 2007 (revisado em março de 2024), par. 1.2, 2.4 e 2.7: uso do Comprehensive Risk Assessment Framework and Techniques (CRAFT) para avaliar o risco de uma instituição; o conselho e a alta administração "play the central role in maintaining adequate risk oversight", sendo responsáveis por processos e controles, conformidade regulatória e pelo tratamento dos clientes "in a transparent and fair manner". Ver também Monetary Authority of Singapore, *MAS' Framework for Impact and Risk Assessment of Financial Institutions*, abril de 2007 (revisado em março de 2024), par. 2.3: "MAS does not aim to prevent all failures. A 'zero failure' regime would place an excessive regulatory burden on financial institutions and could impair the efficiency of the financial system"; a MAS busca "to reduce the risk and impact of failure of institutions or of inappropriate behaviour through increased supervision where it is both appropriate and likely to be effective". ↩

9. Monetary Authority of Singapore Act 1970 (texto consolidado atual reproduzido por LawPlayer, acesso em novembro de 2026), seção 4(1) (quatro objetivos principais) e seção 4(1A) (o objetivo da seção 4(1)(b) prevalece sobre o objetivo da seção 4(1)(d)); seção 4(2)(b): "conduct integrated supervision of the financial services sector and financial stability surveillance". ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com